

A TV Pública Digital e a Convergência Comunitária

Olga Maria Tavares

Resumo: A televisão digital está em franco processo de instalação em todo o país. Contudo, ainda é o momento de se firmar as bases para a fomentação de propostas que podem modificar as perspectivas da televisão brasileira. A TV pública e suas vertentes, as televisões universitárias, parecem ser o agente apropriado para que o veículo de massa possa ser efetivamente um canal de comunicação instantânea e em tempo real de qualidade e de representatividade que dialogue com a audiência e a faça ser parceira da sua prática cotidiana, estabelecendo uma convivência comunitária que reforce a democratização da comunicação, a defesa da qualidade informacional e a inclusão sociodigital.

Palavras-chave: TV Pública Digital; TVs universitárias públicas; convivência comunitária.

INTRODUÇÃO

A introdução da TV Digital no Brasil, até o momento, configura-se como um aparato tecnológico que modificará o papel da televisão, principalmente no tocante à excelência técnica, com ferramentas que permitirão usar novos aplicativos, como a interatividade. Desde dezembro de 2007 que as emissoras das capitais brasileiras, na primeira fase da digitalização televisiva, têm apresentado a mudança apenas em nível de capacitação tecnológica, com a compra dos aparelhos e antenas necessárias para a instalação da nova televisão. Quase dois anos depois, o que se tem ainda é a mesma programação com a qualidade visual de alta definição, com tímidas propostas de interatividade com a audiência, como enquetes e boxes explicativos nas telas, até mesmo porque o dispositivo Ginga, o “middleware” que potencializa a interatividade, só deverá estar no mercado consumidor em janeiro de 2010.

Sem entrar no mérito das discussões que nortearam a criação da TV Digital no país, em virtude de elas terem sido feitas em âmbito governamental e sem a participação da sociedade civil organizada, aquilo para que se deve atentar, neste momento em que ainda muita coisa está por se definir, é a potencial possibilidade de se criar perspectivas para que a digitalização dos veículos de massa, como rádio e televisão, se faça sob bases que privilegiem alguns princípios básicos que a área comunicacional vem defendendo nas últimas décadas, como democratização da informação, estímulo à participação crítica da sociedade e incentivo à alfabetização midiática. E, neste momento, a TV Pública Digital parece ser a mais apropriada para atender às antigas demandas na nova plataforma, como destacam Barbosa Filho e Cosete Castro:

A TV Pública brasileira poderá tornar-se a grande alavanca para que a sociedade atinja esses objetivos, já que os radiodifusores privados ainda resistem em colaborar com a inclusão digital no país utilizando recursos interativos. (Barbosa Fº e Castro, 2009, p.83)

É imprescindível, por isso, se pensar em uma política de comunicação para a radiodifusão digital brasileira, e um dos caminhos para o êxito dessa empreitada é a discussão da televisão pública, cujos princípios definidos pela atuação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) estabelecem-na como fator de integração e inclusão social e canal de acesso à informação e à comunicação livre e igual para todos/as; em defesa da pluralidade, da diversidade e direito das minorias, valorizando as culturas regionais e a identidade nacional; a favor dos direitos humanos e da informação como instrumento de cidadania; como incentivo à análise e ao espírito crítico e questionador como forma de estimular a busca de fontes alternativas de conhecimentos e informações; em defesa da não submissão às imposições mercadológicas, em respeito ao telespectador como cidadão/cidadã, entre outros.

TV PÚBLICA DIGITAL NO BRASIL

Em dezembro de 2007, foi lançada a Empresa Brasileira de Comunicação, chamada TV Brasil, composta a partir da fusão da Radiobrás e da TV Educativa, e com a proposta de independência governamental. Na época, houve as polêmicas jornalísticas em torno do assunto (ver os sítios Observatório da Imprensa e Comunique-se), haja vista as experiências mostradas com os órgãos públicos de comunicação que eram, em verdade, puramente estatais, e privilegiavam a informação chamada “chapa branca”, não contribuindo em nada para modificar a relação veículo-audiência.

Em novembro de 2008, foi assinado o protocolo para a criação de um operador de rede que fará a instalação e operação da infra-estrutura digital das TVs públicas brasileiras. O modelo de exploração será por meio de PPP (Parceria Público-Privada), e o contrato será de pelo menos 20 anos. Participam do protocolo a EBC (TV Brasil), Ministério da Educação (Canal da Educação), Ministério das Comunicações (Canal da Cidadania), TV Câmara, TV Senado e TV Justiça. O projeto tem duas implicações positivas: a expansão da oferta de canais das emissoras públicas; e ser o primeiro projeto de PPP no campo da prestação de serviços de rede, no caso, uma rede de TV digital aberta. A TV Brasil será a operadora da rede pública e os custos serão compartilhados com todos os canais. A previsão da EBC é que até 2012 a rede pública deverá estar presente em todas as capitais e nas grandes cidades do país.

A figura do operador de rede de plataformas de transmissão comuns permitirá, além da redução dos custos de transmissão dos sinais eletromagnéticos, o ganho de qualidade. Trata-se de uma escolha tecnológica de investimento coletivo para economizar recursos e, especialmente, melhorar a qualidade de emissão e recepção de sinais radioelétricos a partir de um mesmo ponto e diminuindo a incidência de raios gamas sobre a população. (Barbosa F^o e Castro, 2009, p. 71)

Em 26 de fevereiro de 2009, o Ministério das Comunicações publicou as normas técnicas para a TV Pública Digital – a Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital -, a fim de regulamentar a operação compartilhada dos canais que vão compor a rede e determinar os procedimentos para a consignação de canais e os critérios de qualidade de prestação de serviços. A Norma garante ainda multiprogramação e a oferta de multisserviços, liberando a exploração de vídeo, áudio e dados dentro do mesmo canal.

Em 21 de abril de 2009, foi inaugurado, em Brasília, o canal digital da TV Brasil, com a proposta de contemplar a interatividade e a multiprogramação para estimular o acesso da população aos novos dispositivos. Portanto, a rigor, a TV pública brasileira está pronta para assumir o compromisso de oferecer aos telespectadores uma ITV - televisão interativa - prestadora do serviço da informação e do entretenimento com qualidade, seriedade e idoneidade.

(...) Os projetos de implementação ITV são considerados estratégicos devido ao fato de poderem maximizar a convergência tecnológica, como viabilizadores de aprendizagens formais e não formais importantes para a inclusão digital. (Brennand e Lemos, 2007, p. 91)

Sob os auspícios de um futuro que ainda se pode construir, este é o momento de as universidades públicas se prepararem efetivamente para fazer parte desse complexo comunicacional proposto, haja vista o Ministério da Educação, copartícipe da rede, estar planejando lançar um canal com conteúdos das televisões universitárias, bem como a TV Brasil estar disponibilizando canais abertos e capacitação técnico-profissional para as televisões universitárias públicas.

TV UNIVERSITÁRIA NA ERA DIGITAL

A chamada TVU, conforme aponta Gabriel Priolli (2007), é produzida pelas Instituições de Ensino Superior (IES) com a finalidade de promover educação, cultura e cidadania. É laboratório estudantil e acadêmico, mas também é a face institucional e meio de comunicação da universidade. É a expressão audiovisual da comunidade universitária, feita para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

O canal universitário é uma vertente da TV pública e existem cerca de 52 canais universitários, mais 13 canais comerciais com programação universitária, e mais quatro canais de *ECO-Pós*, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 98-109.

WebTV, totalizando cerca de 107 IES produzindo televisão no Brasil (Priolli, 2007). Com a oferta de novos canais abertos, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por exemplo, poderão preencher esse nicho para, inclusive, ampliar significativamente o número de canais, pois muitos deles estão, hoje, nos sistemas de cabodifusão (Lei 8977/95 – Artigo 23: canais básicos de utilização gratuita) e de radiodifusão (frequências UHF e VHF), bem como a oportunidade para os corpos docente e discente aplicarem o seu saber-fazer da dinâmica comunicacional aplicada aos meios audiovisuais e poder acabar com as reclamações do público de que as TVs universitárias são inacessíveis, por serem a cabo e afins, tanto quanto são ineficientes porque sua programação é monótona e seus recursos são muito pobres. Como o MEC apoiou canais abertos para as TVs universitárias, no II Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em maio de 2009, em Brasília, no debate sobre a Migração dos Canais Públicos do Cabo para as Redes Digitais Abertas, sugere-se que as TVUs das IFES, principalmente, busquem integrar-se às novas propostas e pleitear os recursos que estão garantidos pelo protocolo da infra-estrutura digital. Igualmente deve-se estender o debate para a questão da publicidade na televisão, confirmando os apoios culturais, ou mesmo, conforme conjecturou Franklin Martins, Ministro da Comunicação Social, no citado Fórum, o Governo Federal poder destinar, legalmente, percentuais de propaganda institucional para as emissoras públicas.

O prazo da transição completa do sistema analógico para o digital é até 2016; portanto, pode-se contar com um tempo razoável para que todas as questões tanto técnicas quanto de produção de conteúdo, de marcos regulatórios, de fontes de fomento etc. possam ir se adequando para chegar a um consenso que possibilite a realização das efetivas mudanças necessárias.

CONVERGÊNCIA COMUNITÁRIA

A globalização em todas as esferas simbólicas é um fato o qual não se pode mais deixar de aceitar no cotidiano de cada indivíduo. E ela se aplica e se revigora através dos meios de comunicação de massa tradicionais e da Internet. Porém, isso não exclui os diálogos entre o global e o local, a fim de que se teça simultaneamente um conhecimento sustentável, para que se possa estabelecer um diálogo permanente com os pares, em uma perspectiva habermasiana, de desvendar criticamente a realidade na qual se vive, de poder partilhar a experiência dos pares, de coadunar os interesses pessoais aos ideais de construção do espaço público, de absorver uma aprendizagem reflexiva (Habermas, 1989).

A convergência comunitária se dá no âmbito de uma determinada sociedade com o propósito de uma espécie de acordo consensual cujas decisões conjuntas contribuam para construir uma sociedade mais justa, mais feliz e mais integrada às responsabilidades coletivas. No campo

comunicacional, a convergência comunitária busca exatamente utilizar os meios de comunicação como instrumentos da emancipação cognitiva dessa comunidade que se propõe modificar suas práticas cotidianas de convivência e de atitudes. A comunicação em si passa a ser cogestora das ações da comunidade.

“É uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres da cidadania”. (Peruzzo, 2004, p.5)

Desde a criação do Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD -, em 2003, que a temática “digitalização da televisão” recai nos aparatos tecnológicos que esse novo veículo de comunicação terá, como alta qualidade de imagem e de som, menu de programação diversificado, jogos, serviços de T-banking e T-commerce, convergência de mídias (como os celulares) e o dispositivo da interatividade. Percebe-se a primazia da questão técnica sobrepondo-se à questão da produção de conteúdos. Estes, quando citados, ainda ficam no nível da interação pública através de participações na programação, da forma como já se apresentam em alguns programas, tais como o envio de vídeos sobre assuntos que os telespectadores consideram interessantes, ou sugestões de pautas, ou respostas às enquetes ou entrevistas nas ruas ao vivo.

Diante dessa realidade, a universidade pública não pode prescindir de ocupar um espaço de reflexão e de construção de um novo pensamento comunicacional que norteie os futuros estudos na área, de modo a assumir esses novos desafios para ratificar o papel que a universidade pública tem como promotora de transformações sociopolítico-culturais que ensejam uma sociedade mais igualitária, independente e participativa.

As TVs Universitárias podem cumprir o papel de centro de pesquisa, experimentação e criatividade, desde que haja política de reflexão sobre o fazer. Dentro de uma política de reflexão encontram-se as concepções utilizadas pelos professores participantes para caracterizar a televisão universitária como laboratório de ensino/ aprendizagem para a formação de estudantes (...). (Carvalho e Coutinho, 2006, p.3)

Partindo dessas premissas, as TVs universitárias públicas da era digital devem ser concebidas sob as bases apontadas por Bolaño e Brittos (2007, p.42), quando discorrem sobre a concepção da televisão digital, que deve estimular “a produção local, incentivar a desconcentração do mercado produtor, o surgimento de novos realizadores, a diversidade cultural e o reposicionamento das identidades locais e não hegemônicas”. As TVs universitárias públicas parecem ser as mais apropriadas para escapar da “interpenetração de interesses entre empresários e Estado, o qual atua precipuamente em benefício do poder econômico” (ibidem, p. 45). E os autores

complementam:

Pensar políticas de comunicação, hoje, inclui tratar de cultura e educação, não só no rumo instrumental de uso da mídia, mas para criar vínculos com referentes nacionais, locais e alternativos, construindo assim pontes para uma sociedade mais justa e solidária e abrindo a possibilidade de projetos verdadeiramente não-hegemônicos, que possam atingir o imaginário dos cidadãos. (Bolaño e Brittos, 2007, p.281)

Conforme também enfatizam João Elias Nery e Vilma Lima (2005, p.13), se as televisões universitárias se apropriarem da tecnologia digital, esta será “importante instrumento educativo, contribuindo para a inclusão social”. Este é um fator diferencial que dá às TVUs a função de produtoras de conteúdos alternativos, na medida em que estes possam integrar o público telespectador de uma forma mais aproximativa e verdadeira, já que independem do viés comercial e da exigência dos índices de audiência. Outro ponto a enfatizar é o de que as TVUs devem ampliar seus laços e integrarem-se à Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária (RITU), de modo que o compartilhamento da programação promova a integração regional, mostre as semelhanças e diferenças territoriais, apresente as diversidades culturais que convergem para a identidade nacional.

As TVUs públicas são as mais apropriadas para promover a vivência comunitária tanto no campus quanto nas comunidades da cidade onde a universidade está situada, fazendo com que a produção de conteúdo seja realizada por todos os agentes do fazer acadêmico. O dispositivo da interatividade pode ser por ela explorado de forma mais ampla, buscando uma aplicação que mostre claramente a nova relação emissor-receptor, que se altera e se intercala no processo da comunicação interativa, porque, conforme esclarecem Barbosa Filho e Cosete Castro, a interatividade

(...) agrega um fator até há pouco inexistente na relação dos canais de TV com suas audiências: a possibilidade real de participação dos diferentes públicos que influenciam cada vez mais no fazer televisivo e também na rotina de produção televisiva. (Barbosa Fº e Castro, 2009, p. 73)

Assim, apresentam-se aqui algumas sugestões de realizações ITV nas televisões universitárias. Em âmbito interno, por exemplo, a televisão universitária pode realizar programas sobre a conservação do meio ambiente universitário, para que estudantes de comunicação, biologia, artes, engenharia ambiental, informática, música, sociologia etc., sob um viés interdisciplinar, produzam o material audiovisual, partindo de suas próprias experiências dentro do campus e dos projetos desenvolvidos voltados para a questão ambiental, e criem, assim, ferramentas de

interatividade aplicadas à distribuição televisiva do material. Em uma via de mão dupla, os telespectadores poderão interferir nessas produções, acrescentando as vivências socioambientais da sua própria comunidade. A televisão universitária pode também incentivar a produção de outros programas setoriais, com as práticas desenvolvidas nos diversos centros das universidades.

Outro exemplo pode ser a área de Saúde, onde estudantes de comunicação, educação, medicina, enfermagem, fisioterapia, engenharia química etc. transitariam pelos hospitais universitários, fazendo videoreportagens que divulgariam a prática acadêmica aliada ao cotidiano das pessoas que ali são atendidas; no mesmo espaço, o grupo discente trocaria impressões com aquele público, ao mesmo tempo em que dividiria experiências e considerações entre si e com docentes nos seus respectivos laboratórios e/ou ambientes de trabalho. Da mesma forma, na via de mão dupla interativa, profissionais de Saúde daquela localidade da instituição de ensino poderiam enriquecer as informações com novas interlocuções.

Em âmbito externo, tem-se pesquisas e/ou projetos de extensão de todas as áreas aplicados nas comunidades locais, que poderão apresentar uma interatividade polifônica, enquanto divulgação dos projetos tanto como destacar o posicionamento dos participantes daquela comunidade em relação à sua própria experiência junto ao grupo acadêmico. Trabalhos realizados em assentamentos rurais, em escolas públicas, em pontos de cultura, em laboratórios farmacêuticos, em sítios arqueológicos etc devem ser documentados em todo o seu percurso, a fim de que o telespectador acompanhe o seu desenvolvimento e possa interferir no seu processo, principalmente quando ele estiver diretamente ligado a ele. Ao mesmo tempo, os personagens envolvidos, universidade e comunidade, podem estimular o debate sobre essas ações e, assim, refletir concomitantemente sobre seus resultados e consequências.

Almir Almas (2009, p. 162-164) mostra algumas modificações que ocorrerão com o advento da interatividade, cujas etapas de planejamento para um programa de televisão – pré-produção, produção e pós-produção – terão variações na abordagem e subdivisões no processo. Ele enfatiza que o “processo de produção audiovisual se vê agora em conversa com o ciclo de vida da engenharia de “software”, por exemplo, que prevê alguns parâmetros não pensados pelos profissionais de audiovisuais”.

A Universidade Federal da Paraíba, por exemplo, tem dois laboratórios que são um suporte intelectual-tecnológico para adotar novas propostas a serem desenvolvidas na televisão universitária, no sentido de integrar a mídia audiovisual e o “software” para a produção dos programas: o LAVID – Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital; e o LDMI - Laboratório de Desenvolvimento Multimídia Interdisciplinar. O LAVID desenvolve projetos de pesquisa em “hardware” e “software” voltados às áreas de Vídeo Digital, Redes de Computadores, TV Digital e

Interativa e “Middleware”. Seu coordenador, professor-doutor Guido Lemos, é um dos criadores do “middleware” Ginga - ou seja, da camada de “software” intermediário que permite o desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital. O LDMI desenvolve projetos e ações voltadas ao uso das Tecnologias da Informação (TICs), visando à Educação Mediada pela Tecnologia (EMT) com vistas à Educação A Distância (EAD). O LDMI tem como característica principal a interdisciplinaridade. Ambos estão ligados ao Polo Multimídia, do qual também faz parte a TVU. Esta é ainda transmitida a cabo, mas a partir de 2010 será um canal aberto, ligado à TV Brasil.

Esses laboratórios podem corroborar o “processo dialético entre a teoria e a prática”, proposto por Cicília Peruzzo (1998, p.159), na dinâmica da comunicação comunitária que pretende integrar os diversos saberes acadêmicos com os saberes populares. Os docentes e discentes do Grupo de Estudos de Divulgação Científica da UFPB desenvolvem estudos nos dois laboratórios. Um dos professores que coordenam este Grupo, Ed Porto, orienta dois estudantes, Lívia Cirne (PPGC) e Marcelo Fernandes (PPGI), que estão pesquisando conteúdos para a interatividade no telejornalismo de TVD.

Uma das perspectivas da pesquisa é prezar o telejornalismo colaborativo, que respeite os espaços de cada região e permita que todo o território nacional possa interagir na discussão dos fatos do país; e a outra perspectiva consiste em “aproveitar os “feeds RSS” e adaptá-los para a TVD, para serem ocasionalmente transmitidos junto com outra programação da emissora, substituindo os “plantões de notícias”, por exemplo, aparecendo durante uma telenovela, um ícone que indicaria um acontecimento relevante e, em seguida, “numa barra de rolagem, um texto objetivo descreveria tal fato, evocando o teleusuário para que este acesse o canal do telejornal ou receba a informação extra no seu dispositivo móvel”. (Cirne, Fernandes e Porto, 2009, p.102-103).

A popularização do conhecimento científico se faz necessária neste século 21, exatamente porque há uma gama de estudos que incidem nos desafios da sobrevivência humana neste terceiro milênio os quais não podem se dar sem que as populações tenham deles consciência: pesquisas de células-tronco, de nanotecnologia, de armas bioquímicas, de mudanças climáticas, de permacultura, de robótica, de energias renováveis, de processadores quânticos iônicos, para citar alguns exemplos. As universidades públicas são as responsáveis por grande parte dessas pesquisas. E elas devem ser divulgadas com clareza, objetividade e responsabilidade à sociedade em geral. Trabalhos científicos a respeito da divulgação de ciência no Brasil mostram que a televisão, principalmente, trata o assunto ou de forma sensacionalista, contemplando a espetacularização e o

catastrofismo (epidemias, terremotos ou secas etc.), ou de forma incipiente e vaga. (Andrade, 2003; Sousa, 2003; Trigueiro, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a TV é o meio de maior penetração na sociedade em geral; conforme as estatísticas do IBGE, na última pesquisa por amostragem de domicílios, em 2007, estes chegavam a ter 94,5% de aparelhos em todo o país, enquanto o acesso à Internet alcançava 20,2%. Desse modo faz-se mister pensar na televisão pública digital como o veículo responsável por aproximar mais ainda os diversos Brasis que ainda existem no território nacional, não em níveis de homogeneidade, como fazem as televisões comerciais, mas na condição propositiva de o público brasileiro tomar consciência de si mesmo enquanto cidadão/cidadã protagonista da sua própria história.

Com os novos dispositivos midiáticos, a cultura televisiva pública poderá transformar os discursos-clichês da sua inoperância e descaso em iniciativas que contemplem esses novos tempos de participação popular efetiva e inteligente, atraindo a audiência com programação diversificada e criativa, da qual ela poderá sentir-se co-partícipe de fato na construção de um conhecimento coletivo que deverá trazer-lhe uma autonomia pessoal.

Nesse contexto, a comunicação comunitária e alternativa deve ser revigorada porque a sociedade em geral não poderá mais prescindir da reivindicação de novas políticas de comunicação, que deverão se pautar nesse novo papel que o público irá desempenhar no advento das mídias digitais. As televisões públicas, então, precisam sintonizar-se com as demandas dessa nova audiência para que haja, de fato, uma mudança de paradigmas comunicacionais. Pelo que se prenuncia até o momento, essa função só poderá ser desempenhada pelas televisões públicas, pois os modelos apresentados até agora pelas televisões comerciais não têm nenhum compromisso com o pluralismo sociocultural e político, nem tampouco com a heterogeneidade de pensamentos e saberes. Ao contrário, há uma excessiva exposição das supremacias tecnológicas. Cicília Peruzzo (2008, p.7) observa:

Os abusos no uso de tecnologias de comunicação têm gerado controvérsias, denúncias, ações civis no Ministério Público, e a formulação de propostas de criação de políticas públicas capazes de redirecionar seus princípios, práticas e a legislação em vigor.

Ao apontar a possibilidade da construção de um futuro promissor possível no campo comunicacional brasileiro, ainda Cicília Peruzzo (2008, p. 11), para concluir que:

No centro da questão, o que está colocado é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade.

A TV Pública Digital não pode se furtar, então, a produzir conteúdos televisivos que tanto cativem a audiência, quanto a façam sentir-se também produtora daquele material. Isso é plenamente possível porque os suportes tecnológicos móveis e portáteis, contemplados na plataforma digital e cujos preços estão compatíveis, já permitem que os profissionais e os estudantes de comunicação agilizem essa polifonia interativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMAS, A. Televisão digital: quando chega a interatividade? In: NUNES, Pedro (org.). *Mídias digitais e interatividade*. João Pessoa/PB: EDUEPB, 2009.

ABTU. *II Fórum Nacional de TVs Públicas*. Maio de 2009. Disponível em: <www.abtu.org.br> Acesso em 16 de julho de 2009.

ANDRADE, Thales. *Ecológicas manhãs de sábado – o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. São Paulo:Annablume/FAPESP/PUCSP, 2003.

BARBOSA Fº, A. e CASTRO, C. Apontamentos para a implementação da TV pública digital no Brasil. In: SQUIRRA, Sebastião e FECHINE, Yvana (orgs.) *Televisão digital – desafios para a comunicação*. Porto Alegre: Sulina/COMPÓS, 2009.

BOLAÑO, C. R. S. e BRITTOS, V. C. *A televisão brasileira na era digital*. São Paulo:Paulus, 2007.

BRENNAND, Edna e LEMOS, Guido. *Televisão digital interativa: reflexões, sistemas e padrões*. Vinhedo:Horizonte, São Paulo:Mackenzie, 2007.

CARVALHO & COUTINHO. *TV Universitária: um ambiente tecnológico de aprendizagem*. ANPED, 2006. Disponível em <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt16/gt161294int.rtf> Acesso em 18 de setembro de 2008.

CIRNE, Livia, FERNANDES, Marcelo e PORTO, Ed. Perspectivas da interatividade no telejornalismo da TV digital brasileira. In: SQUIRRA, Sebastião e FECHINE, Yvana (orgs.) *Televisão digital – desafios para a comunicação*. Porto Alegre: Sulina/COMPÓS, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1989.

NERY, João E. e LIMA, Vilma S. *TV Universitária no mundo digital*. Disponível em:<www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/.../R0481-2.pdf> Acesso em 18 de setembro de 2008.

PERUZZO, Cicília M.K.. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

_____ *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*. VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação / V Encontro de Ensino e Investigação da Comunicação nos Países do Mercosul. São Paulo:UMESP, março de 2004.

_____ *Televisão comunitária - dimensão pública e participação cidadã na mídia local*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____ *O lugar da comunicação comunitária nas políticas de comunicação no Brasil*. XVII Encontro da Compós. São Paulo:UNIP, junho de 2008.

PRIOLLI, G. *Televisão universitária. Perspectivas na era digital*. XX Encontro Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <www.prograd.unir.br/arquivos/ppt-forgrad/Gabriel%20Priolli.ppt> Acesso em 18 de setembro de 2008.

SOUSA, Cidoval et all (orgs.) *A comunicação pública da ciência*. Taubaté/SP:Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

TAVARES, O. *Culturas midiáticas audiovisuais: a TV digital que se quer ver*. Revista Culturas Midiáticas, PPGC/UFPB. Ano I, n. 1, jul/dez de 2008. João Pessoa:Marca de Fantasia, 2008.

TRIGUEIRO, André. Mídia. In: TRIGUEIRO, A. (org.) *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Web-referências:

ABEPEC. www.abepec.com.br

COMUNIQUE-SE. www.comunique-se.com.br

IBGE. www.ibge.gov.br

MÍDIA CIDADÃ. <http://www2.metodista.br/unesco/agora/index.htm>

OBSERVATORIO DA IMPRENSA. www.observatoriodaimprensa.com.br

TV BRASIL. www.tvbrasil.org.br

TV COMUNITÁRIA. <http://www.tvcomunitariadf.com.br/>

Abstract: The digital television is in full process of installation all over the country. However, this is the moment for inciting proposals that can change the perspectives of Brazilian television. The public TV and the university television, which is one of its derivatives, seem to be the appropriate agent to dialogue with the audience turning it into a partner of its daily practice, establishing community coexistence and reinforcing actions such as the democratization of the communication, the information quality defense and the *sociodigital* inclusion.

Key words: Public Digital TV; Public University TV; community coexistence

Resumen: La televisión digital está en el proceso de instalación en todo el país. Sin embargo, no es el momento de firmar las bases para el fomento de las propuestas que podrían cambiar el panorama de la televisión brasileña. La televisión pública y sus partes, televisores universidad parece ser el agente apropiado para la masa del vehículo puede ser un medio eficaz de comunicación instantánea, real calidad de tiempo y la representatividad del diálogo con el público y lo convierte en un socio de su la práctica diaria, el establecimiento de una vida de la comunidad para mejorar la democratización de la comunicación, en contra de la calidad y la inclusión de información sociodigital.

Palabras clave: Public TV digital, las universidades de televisión pública, la vida comunitaria.

Submetido: 14/08/2009.

Aceito: 01/10/2009.

OLGA MARIA TAVARES é Professora-adjunta do DECOM-UFPB e dos programas de pós em Comunicação e em Ciência da Informação. Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Líder do Grupo de Estudos em Divulgação Científica/UFPB.